dança de categoria de qualquer instituição de previdência, ou ainda a sua união ou federação com outras, quando por inquérito realizado pelo I. N. T. P. se verificarem vantagens de ordem económica e social.

Art. 19.º Em caso de dissolução ou liquidação de qualquer instituição de previdência social, exceptuadas as das Casas do Povo ou as Casas de Pescadores, serão os seus haveres, pagas as dívidas ou consignada a quantia necessária para esse fim, divididos entre os beneficiários na proporção da respectiva reserva matemática.

Art. 20.º Será fixado um limite máximo às pensões e subsídios concedidos pelas instituições de previdência pertencentes à 1.ª, 2.ª e 3.ª categorias.

Art. 21.º As Caixas de Reforma ou de Previdência que hajam estabelecido pensões de sobrevivência, devidamente asseguradas, poderão continuar a concedê-las.

Art. 22.º Nas Caixas de Reforma ou de Previdência do pessoal das empresas concessionárias de serviços públicos que não tenham devidamente constituída a reserva matemática e o fundo de reserva, e enquanto os não tiverem, a integralização das pensões de reforma e de previdência constitue encargo inerente à exploração desses serviços.

§ único. As Caixas de Reforma dos Caminhos de Ferro do Estado serão reguladas por diploma especial.

Art. 23.º O Governo publicará os regulamentos necessários para a boa execução da presente lei, e em relação a cada uma das categorias.

Publique-se e cumpra-se como nela se contém.

Paços do Governo da República, 16 de Março de 1935. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar — Henrique Linhares de Lima — Manuel Rodrigues Júnior — Abílio Augusto Valdez de Passos e Sousa — Aníbal de Mesquita Guimarães — José Caeiro da Mata — Duarte Pacheco — Armindo Rodrigues Monteiro — Eusébio Tamagnini de Matos Encarnação — Sebastião Garcia Ramires — Rafael da Silva Neves Duque.*

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Direcção Geral de Assistência

Decreto n.º 25:135

Usando da faculdade conferida pelos n.ºs 3.º e 4.º do artigo 108.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

De harmonia com o artigo 438.º do Código Administrativo de 1896 é aprovado o quadro do pessoal da Sopa Escolar, da vila e concelho de Águeda, e bem assim os respectivos vencimentos anuais, o qual fica constituído da maneira seguinte:

2 criadas, a 200\$	400\$00
1 secretário (serviço gratuito).	
1 cobradora, com direito a 5 por cento sobre a cobrança das cotas dos subscritores.	

Publique-se e cumpra-se como nelle se contém.

Paços do Governo da República, 16 de Março de 1935. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *Henrique Linhares de Lima.*

MINISTÉRIO DA GUERRA

5.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Declara-se, para os devidos efeitos, que S. Ex.ª o Ministro da Guerra autorizou, por seu despacho de 9 de Março corrente, nos termos do § 2.º do artigo 17.º do decreto-lei n.º 16:670, de 27 de Março de 1929, e do artigo 22.º do decreto-lei n.º 19:869, de 9 de Junho de 1931, a seguinte transferência no orçamento do Ministério da Guerra para o ano económico de 1934-1935 dentro das verbas do n.º 1) do artigo 74.º, capítulo 4.º:

Das alíneas:

c)	5.490\$00	
d)	8.350\$00	
e)	4 290\$00	18.130\$00

Para a alínea a). 18.130\$00

5.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, 14 de Março de 1935. — O Director dos Serviços, *Ildefonso Ortigão Peres.*

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Decreto n.º 25:136

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 108.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Regimento do Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura

Artigo 1.º O Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura, fundado pelos Governos Brasileiro e Português, tem por fim estimular e manter o comércio espiritual luso-brasileiro, por todos os meios culturais e designadamente pela missão periódica de intelectuais portugueses e brasileiros incumbidos de cursos especiais ou conferências.

Art. 2.º O Instituto terá como presidentes honorários o Ministro das Relações Exteriores (Brasil) e o Ministro dos Negócios Estrangeiros (Portugal), o Ministro da Educação (Brasil) e o Ministro da Instrução Pública (Portugal), e bem assim os Embaixadores de Portugal no Brasil e do Brasil em Portugal.

Art. 3.º O Instituto terá como presidentes efectivos, que o administrarão gratuitamente, os reitores das Universidades do Rio de Janeiro e de Lisboa, com a assistência de dois professores dos quadros do magistério das duas Universidades, eleito o da Universidade do Rio de Janeiro pelo respectivo Conselho Universitário e o da Universidade de Lisboa pelo respectivo Senado.

Art. 4.º O Instituto terá um conselho director e um conselho administrativo.

Art. 5.º O conselho director tem as seguintes atribuições:

- Consultar sobre os meios culturais e a sua oportunidade para a realização dos fins do Instituto;
- Sugerir qualquer medida atinente aos mesmos fins;
- Especialmente propor nomes para a composição da lista a que se refere o § 1.º do artigo 11.º

Art. 6.º O conselho director do Instituto tem duas secções, uma brasileira, outra portuguesa, e cada uma delas funcionará com plena autonomia, exercendo em re-